

Contornos e especificidades da imigração em Portugal

Fernando Luís Machado

Resumo: Com as actuais tendências das migrações internacionais em pano de fundo, analisa-se neste artigo o crescimento da imigração em Portugal, destacando-se quatro aspectos principais: o balanço entre a imigração e a retoma recente da emigração; os factores que têm favorecido a entrada de imigrantes; a recomposição desses imigrantes em termos de países de origem; e as especificidades da imigração portuguesa no contexto da União Europeia.

Palavras-chave: Imigração; Emigração; União Europeia

1. Tendências actuais nas migrações internacionais

Diferentemente do que muitos esperariam há duas ou três décadas, as tendências pesadas das migrações internacionais não sofreram grandes alterações no momento em que o século XX termina, não faltando sucessivas projecções a apontar que essas tendências prevalecerão mesmo durante as primeiras décadas do próximo século.

O vector principal do sistema internacional de migrações continua a ser a seta apontada de Sul para Norte, dos países em vias de desenvolvimento para os países desenvolvidos. Os primeiros continuam marcados por uma pressão emigratória que aparentemente está longe de abrandar, e que pode até intensificar-se a médio prazo. Os segundos continuam a incorporar, mais uns do que outros, por vezes em ritmos mais brandos outras vezes em ritmos mais intensos do que no passado, populações estrangeiras de origem variada.

No caso da Europa mais desenvolvida, em particular, se os fluxos provenientes do terceiro mundo conheceram um abrandamento considerável, sem contudo terem cessado, já a transição dos anos 80 para os anos

90 trouxe inesperadas e volumosas migrações, desencadeadas no lado oriental do continente pela desagregação do ex-bloco comunista. Mas as formas alargadas de regulação económica e política em desenvolvimento no espaço europeu impedirão muito provavelmente que esta migração Leste-Oeste cristalize como tendência, apesar de toda a espectacularidade que lhe foi conferida pela concentração no tempo e pelos largos contingentes de população envolvidos. O sentido forte continua a ser Sul-Norte, como o prova o facto de na última década a Europa do Sul, sem tradição de imigração, ter passado a integrar as rotas migratórias internacionais, seja como região de fixação, seja como plataforma de passagem de novos fluxos de imigrantes africanos, asiáticos e sul-americanos.

As projecções que se fazem sobre a evolução próxima do contexto internacional atribuem uma forte probabilidade a um cenário de intensificação das migrações dirigidas aos países industrializados, no quadro de uma crescente globalização das relações económicas, políticas e sociais. Essa intensificação é prevista em conexão com outras tendências estruturais, como sejam o forte crescimento demográfico a Sul, a pressão sobre os recursos naturais, o envelhecimento e perda de peso demográfico dos países do Norte (Verhaeren, 1988; Mateus et al., 1995: 30).

A relação entre a temática da globalização, hoje largamente debatida nas ciências sociais (Robertson, 1992), e as migrações internacionais está, de resto, ainda largamente por aprofundar. Sendo estas simultaneamente um efeito e um factor daquela, interessaria saber até que ponto, para além de uma maior ou menor intensificação no seu volume, as migrações internacionais conhecem alterações na sua própria natureza, ou seja, em termos de tipo, composição e ciclos migratórios. A compressão das distâncias, para dar só um exemplo, faz hoje da emigração longínqua e para toda a vida um facto do passado, contribuindo ao mesmo tempo para diluir as fronteiras - consagradas nas classificações teóricas - entre migrações permanentes e temporárias, económicas e não-económicas ou ainda para relativizar a ideia de regressos definitivos aos países de partida. As estratégias que apostam no vai e vem e na intermediação entre países de origem e de destino, os percursos migratórios com passagem curta ou longa por mais de um país, as famílias migrantes dispostas em rede em vários destinos, são outros traços que apontam no mesmo sentido.

Um relatório sobre o estado da população mundial do Fundo das Nações Unidas para a População, de 1992, é claro quanto à intensidade migratória dos tempos actuais. Estima-se que nunca menos de 70 milhões de indivíduos, essencialmente oriundos dos países em desenvolvimento, trabalham fora do seu território de origem e que um milhão de pessoas emigra todos os anos para o estrangeiro, aproximando-se desse número

aquelas que anualmente pedem asilo noutros países. Crescimento exponencial registou-se especialmente no número de refugiados, que passam de 2,6 milhões em 1976 para mais de 17 milhões em 1990.

O final da década de 80 é aí apontado como um período em que as migrações internacionais atingiram níveis sem precedentes. Durante toda essa década os E.U.A. emitiram mais de 600 000 autorizações de residência anuais, ao passo que, entre 1984 e 1988, a Austrália e o Canadá dobraram a sua imigração. O saldo conjunto das entradas nestes três países foi de 8 milhões de imigrantes legais, provenientes especialmente da Ásia¹. Os E.U.A. continuam, aliás, a ser o país de imigração, por excelência: entre 1971 e meados dos anos 90, foram mais de 17 milhões os imigrantes que ali chegaram, apontando entretanto algumas previsões oficiais para perto de um milhão de novas entradas anuais a médio prazo (Parrillo, 1996: 163, 177).

No que respeita ao conjunto dos países da União Europeia, esta fase foi também de incremento da população estrangeira, embora a níveis bastante mais baixos do que no território norte-americano. Entre 1987 e 1992, o total de estrangeiros sobe de 12,9 para 15,8 milhões, reforçando-se a componente não-comunitária da imigração, que passou de 60 para 66% do efectivo total de imigrantes.

Grande parte deste aumento foi absorvido pela Alemanha, que, nesse curto intervalo, viu a população estrangeira crescer de 4,6 para 5,9 milhões. Mas a generalidade dos países registou acréscimos da imigração, destacando-se também pelos números atingidos o Reino Unido, a Bélgica ou a Holanda. A julgar pelos dados oficiais, entre os países tradicionalmente receptores de imigrantes, só a França constitui excepção, com uma ligeira redução de um pouco mais para um pouco menos de 3,6 milhões². No entanto, dado o número elevado de imigrantes ilegais existente naquele país, essa diminuição será provavelmente só aparência. Os quatro países da Europa do Sul acompanham a tendência geral e, apesar de algumas discrepâncias entre fontes estatísticas, parece claro que apresentam mesmo as taxas de crescimento mais altas da União, o que não é de estranhar tendo em conta que a imigração aí parte de valores muito baixos.

Abstraindo da heterogeneidade de situações que se pode encontrar no conjunto vasto de países do terceiro mundo, há um conjunto de aspectos comuns que funcionam contínua e articuladamente como factores de repulsão, criando as condições para, do lado das sociedades de partida, se gerarem intensos fluxos de migração colectiva. Alguns desses aspectos são antigos outros são mais recentes e a sua convergência desenha um cenário que tudo indica se virá a agravar nos próximos anos. Do inventário sistemático desses problemas, que vão da pobreza ao êxodo rural,

das situações de guerra à inadaptação dos sistemas de ensino (Postel-Vinay, 1992), vale a pena destacar a questão demográfica.

Apesar dos resultados das políticas de controlo demográfico, que têm feito baixar as taxas de natalidade, essa quebra é não só tardia como insuficientemente rápida para prevenir o agravamento da equação sobrepopulação - subdesenvolvimento - pressão emigratória. O crescimento populacional projectado até ao ano 2025 é ainda muito forte, não sendo de crer que as regiões mais castigadas por esses males possam suportar ainda este acréscimo demográfico sem um forte aumento da miséria, dos fanatismos e dos conflitos, com efeitos directos sobre os fluxos migratórios (Postel-Vinay, 1992: 7-9).

Por seu lado, as previsões sobre a evolução da população activa a nível mundial, nesse mesmo período, para além do aumento a Sul, apontam para reduções nas regiões do Norte: “a mão-de-obra da América Central sobrepovoada deverá aumentar em 50,5 milhões de pessoas. Na América do Norte, ela não conhecerá qualquer crescimento, a não ser pela migração. No mesmo período a população activa na Europa do Norte e do Oeste, mais a da Itália, deverá diminuir 14,5 milhões de pessoas, ou seja, 11%. A baixa será mais marcante na faixa de idade onde há mais entradas potenciais na população activa. O número de jovens dos 15-24 anos acusará um recuo de 26%, passando de 44,2 a 32,5 milhões. Durante esse mesmo tempo a mão-de-obra da África do Norte aumentará em 56,6 milhões de pessoas. Considerando as diferenças de crescimento demográfico e de condições de vida entre as duas margens do Mediterrâneo fica bem claro que a pressão migratória Sul-Norte não pode senão acentuar-se”³.

Num quadro marcado pelo alargamento do fosso que separa, a vários níveis, países mais ricos e mais pobres, os factores demográficos, só por si, constituem um poderoso impulso para a manutenção ou até para o reforço dos padrões actuais das migrações internacionais. Nestas condições, nem mesmo políticas migratórias cada vez mais restritivas, como as que a União Europeia vem pondo em prática, poderão alterar este estado de coisas. Essas medidas podem conter a pressão no curto prazo, mas não resolvem o problema de fundo, além de que levarão, provavelmente, ao aumento da proporção de clandestinos no total de migrantes.

O problema de fundo reside no desenvolvimento desigual do Norte e do Sul e obriga a pensar na relação entre desenvolvimento e migrações internacionais. Essa relação, note-se, está longe de ser linear. A par de efeitos negativos, como sejam a perda dos trabalhadores mais competentes e empreendedores nas sociedades de partida e a pressão sobre o mercado de trabalho nas sociedades de chegada, as migrações também podem ter

efeitos positivos, de que são exemplo as remessas dos migrantes para os países de origem ou a compensação do envelhecimento demográfico nos países de destino (Ouedraogo, 1994). Por outro lado, tem sido assinalado que o próprio desenvolvimento pode, a curto ou médio prazo, estimular a emigração, na medida em que aumenta as expectativas e as capacidades migratórias dos indivíduos (Appleyard, 1992b).

Em todo o caso, não parece restarem dúvidas de que só o desenvolvimento económico e social global dos países do terceiro mundo pode inverter a actual situação de desregulação migratória, sendo certo que qualquer estratégia nesse sentido terá de lidar com quatro variáveis principais: as regras do comércio mundial, que têm aumentado as disparidades entre os países ricos e pobres no acesso aos mercados, a dívida externa, o investimento e a ajuda internacional (Appleyard, 1992a).

2. Quadro geral da imigração recente em Portugal

2.1. Portugal, país de imigração e emigração

A emergência e consolidação recente da imigração em Portugal devem ser vistas no âmbito das dinâmicas migratórias mais amplas em curso no espaço europeu, particularmente no que respeita aos países da Europa do Sul. Como foi já referido, estes países viram alterar-se substancialmente, durante os últimos quinze ou vinte anos, a posição que ocupavam no quadro das migrações internacionais. Como refere Malheiros (1996: 55-71), a Europa do Sul passou da emigração em massa para uma diversidade de fluxos, onde a imigração aparece agora em lugar de destaque.

Numa leitura sintética, Robin (1994) assinala, no contexto da União Europeia, três realidades migratórias distintas, no tempo e no espaço. Uma zona de acolhimento tradicional, incluindo a França e o Reino Unido; um “espaço singular”, constituído pela Alemanha, caracterizada pela imigração oriunda da Europa de Leste e do Médio Oriente; e um “espaço instável em mutação e construção”, formado pela Itália e Península Ibérica, solicitadas por novas imigrações africanas e asiáticas.

Esse sistema migratório do Sul da Europa é palco tanto de imigração directa como de migrações de passagem, assistindo-se aí a “uma dupla translação” norte-sul, ou seja de França para Itália, e leste-oeste, da Itália para a Península Ibérica. Esta última ter-se-á mesmo tornado, segundo a autora, a “nova porta de entrada” das migrações da África Ocidental na Europa comunitária. Por seu lado, a Grécia desempenha, no lado oriental

da frente mediterrânica da UE, um papel idêntico ao de Espanha e Portugal para outras zonas de emigração (Robin, 1994: 19, 28-29).

Relativamente à utilização de Portugal, em particular, como plataforma de passagem para outros destinos há, com efeito, algumas indicações que apontam ser essa a estratégia de uma parte dos imigrantes, e não apenas em anos mais recentes. De acordo com França (1992: 50), esse processo ocorreu, ainda nos anos 50, com imigrantes caboverdianos que demandavam os países europeus mais desenvolvidos, antes portanto de se terem começado a fixar também em Portugal. Sintomático é também o facto de quase dois terços dos imigrantes que responderam ao Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal, em 1995, terem presentemente familiares imigrados noutros países europeus⁴. Em alguns casos parece mesmo haver percursos circulares, de ida e vinda entre Portugal e outros países, percursos que não têm necessariamente uma sazonalidade definida, mas correspondem a estratégias taceantes, em que se procura em mais do que um país oportunidades de duração limitada, em função dos contactos e das possibilidades de trabalho em cada momento e lugar.

O encaminhamento para países terceiros a partir de Portugal ocorre, por outro lado, em proporção difícil de determinar mas que não é certamente pequena, através dos circuitos de imigração clandestina. Um exemplo concreto foi, em finais de 96, a detenção pelas autoridades francesas de um grupo de imigrantes caboverdianos e senegaleses ilegalmente introduzidos naquele país por passadores portugueses e caboverdianos. Registe-se também, em sentido contrário, as várias centenas de imigrantes, sobretudo asiáticos, travados na sua intenção de entrar em Portugal pela fronteira de Vilar Formoso, durante o período em que vigorou o processo de regularização extraordinária de imigrantes ilegais, em 1996. A maioria desses imigrantes era igualmente encaminhada por redes de imigração clandestina⁵.

Observando agora directamente a imigração portuguesa, deve-se destacar, em primeiro lugar, que ela surge num quadro mais geral de movimentos de entrada e saída do país, quadro que se reveste de acentuada especificidade no contexto europeu. Nas duas últimas décadas, a imigração é um entre quatro fluxos externos, sendo os outros três a emigração, o regresso de emigrantes e o retorno das ex-colónias.

À excepção deste último - que, apesar do seu carácter súbito e de massa, foi plenamente absorvido pela sociedade portuguesa com efeitos positivos a vários níveis (Pires et al., 1984) -, os restantes são fluxos em aberto. O retorno de emigrantes, depois de um período de alta na década de 70, durante a qual terão regressado mais de 400 000 indivíduos apenas dos países comunitários (Cónim, 1985, citado em Malheiros, 1996: 73),

reduziu-se consideravelmente a partir daí, sendo, em todo o caso, de prever alguma continuidade. Mais do que entre os seus descendentes, nascidos ou criados no estrangeiro e, em muitos casos, aí já solidamente fixados, esse regresso é mais provável, como nota Peixoto (1993: 857), entre o sector que atinge a idade da reforma e pode optar por iniciar essa nova fase do ciclo de vida em Portugal. O retorno das ex-colónias, primeiro, e o regresso de emigrantes têm contribuído para reequilibrar a balança migratória portuguesa, até então fortemente negativa.

Mas a marca de especificidade do caso português é o modo como tem evoluído a emigração, num contexto em que a imigração é já um facto consolidado. Ao contrário do que se pensava há poucos anos atrás, os trabalhos mais recentes sobre a emigração portuguesa mostram que Portugal não pode ser qualificado simplesmente como país de imigração, sem mais considerações. Ou melhor, não se pode dizer que Portugal deixou de ser um país de emigração para se tornar um país de imigração.

Depois de um período de estagnação, entre 1975 e princípios dos anos 80, a emigração portuguesa voltou a crescer, atingindo valores consideráveis a partir daquela data, embora, claro, muito mais baixos do que os verificados na década de saídas em massa que foram os anos 60. A partir de meados da década de 80, as estatísticas oficiais relativas a saídas permanentes revelam fluxos reduzidos, com a particularidade de visarem sobretudo destinos não-europeus, como os E.U.A. e o Canadá. Quanto às saídas temporárias, registam-se valores elevados, em direcção fundamentalmente a destinos europeus. Várias indicações, como as que resultam das diferenças entre os resultados esperados e apurados no XII Recenseamento Geral da População de 1991 ou as que são dadas pelas estatísticas e relatos de imprensa nos países de destino, apontam, contudo, para valores de emigração portuguesa muito mais altos do que os oficialmente identificados na origem (Peixoto, 1993a; 1993b).

Em convergência com esta análise, Baganha (1993), com base em elementos estatísticos sobre a presença de imigrantes portugueses, na década de 80, na Suíça, França e Alemanha, afirma que “a emigração temporária é sobretudo emigração permanente disfarçada. De facto, um número cada vez mais significativo de emigrantes temporários permanece ilegalmente nos países de acolhimento ou renova sistematicamente os seus contratos de trabalho” (Baganha, 1993: 826). Num estudo posterior, Baganha e Peixoto falam mesmo da formação de “novas comunidades de imigrantes”, de que é exemplo a constituída na Suíça, onde se contavam, em 1981, 13 000 portugueses residentes, número que dez anos depois era já de 100 000, a quarta comunidade estrangeira naquele país (Baganha e Peixoto, 1996: 237).

Para além do carácter temporário, que depois se torna, em boa parte, permanente já no destino, a nova emigração portuguesa, pós-85, teria ainda como característica o facto de se dirigir predominantemente para países não pertencentes à União Europeia. Isto porque, segundo os autores citados, a mobilidade acrescida por esta proporcionada não parece suficiente para as necessidades dos emigrantes portugueses. Neste ponto ficam, porém, algumas dúvidas, já que estes mesmos autores, em textos precedentes, referem contingentes numerosos de imigrantes portugueses ilegais em França, Espanha ou Bélgica (Baganha, 1993: 828; Peixoto, 1993a: 851). Por outro lado, sinais de crescimento da emigração portuguesa, com uma componente avultada de clandestinos, vêm também do Reino Unido (Madeira, 1993). As próprias facilidades acrescidas de circulação no interior da União não deixarão de contribuir, por si só, para a ocultação do fenómeno migratório, tornando mais complexa a tarefa da sua medição.

Em face da singularidade do quadro migratório português - no contexto actual da UE apenas a Irlanda parece acompanhar Portugal como país de emigração (Baganha e Peixoto, 1996: 237) -, é preciso perguntar que balanço se pode fazer, finalmente, dos fluxos recentes de entrada e saída do país. A comparação directa e rigorosa entre os dois fluxos não é possível, face à disponibilidade estatística actual: os números da emigração dizem respeito efectivamente a saídas anuais, enquanto os da imigração contabilizam, não as entradas, mas o acumulado de estrangeiros legalmente residentes em cada ano. De qualquer forma, colocando em paralelo essas duas séries, pode obter-se uma indicação aproximada.

Feito isso, a conclusão que se tira é que, embora em termos de tendência se possa esperar que a imigração venha a superar a emigração, o número actual de saídas é ainda superior ao das entradas (Guibentif, 1996; Malheiros, 1996). Apesar de ocorrer, da década de 70 para a de 80, uma acentuada alteração do saldo migratório, ele mantém-se ainda negativo, na ordem das 25 000 saídas a mais do que entradas. Estes cálculos baseiam-se em números oficiais, o que significa que muitos movimentos nos dois sentidos não são contabilizados. É razoável admitir, contudo, que o número elevado de imigrantes ilegais residentes em Portugal na transição dos anos 80 para os anos 90 é contrabalançado pela também numerosa emigração sem registo oficial a que já se aludiu atrás (Malheiros, 1996: 74-76). Independentemente da evolução a curto e médio prazo dos fluxos de entrada e saída, uma coisa é certa: mesmo sem contar com os emigrantes que regressam, a balança migratória portuguesa está hoje reequilibrada, o que significa uma mudança de fundo na demografia portuguesa contemporânea.

A concomitância entre imigração e emigração, qualquer delas com valores consideráveis seja em termos relativos ou absolutos, levanta questões interessantes. Uma das mais importantes é, sem dúvida, a de saber que tipo de relação estrutural existe entre os dois fluxos. Será que a emigração está a funcionar como condição para a imigração ou será que os dois movimentos são estruturalmente “autónomos”?

Como já tem sido sublinhado, a posição semiperiférica da sociedade portuguesa no contexto da economia mundial reflecte-se no modo como o país se tem inserido no quadro das migrações internacionais. Portugal é simultaneamente ponto de partida e de chegada de fluxos de dupla face e simétricos entre si. Ou seja, ao mesmo tempo que recebe da União Europeia profissionais altamente qualificados e para lá envia trabalhadores pouco qualificados, Portugal recebe dos P.A.L.O.P. trabalhadores pouco qualificados e envia para lá quadros e profissionais com perfil idêntico aos que recebe da UE (Pires, 1990; 1994).

Embora não permita encaixar facilmente o caso da imigração brasileira, proveniente da “periferia” mas em cuja composição profissional, como veremos adiante, predomina um tipo semelhante ao da imigração europeia, esta tipologia tem a virtualidade de integrar analiticamente o duplo fluxo de entradas e saídas, mostrando que Portugal ocupa, no domínio das migrações internacionais, “uma posição simultaneamente central e periférica, consoante o espaço regional analisado” (Pires, 1990: 88).

No entanto, subsiste a questão de saber se a presença crescente de imigrantes africanos corresponde, ou não, a uma imigração de substituição, compensando, e sendo de certo modo alimentada, pela saída de portugueses com perfil homólogo para países europeus mais desenvolvidos e para os E.U.A. e o Canadá.

De acordo com Baganha e Peixoto (1996) “os imigrantes parecem estar, com efeito, a inserir-se no mercado de trabalho como substitutos e não como complemento dos trabalhadores nacionais”, contrariando algumas premissas das teorias das migrações, “nomeadamente as que derivam das teorias dos mercados de trabalho segmentados, que pressupõem que nacionais e estrangeiros são complementos e não substitutos” (Baganha e Peixoto, 1996: 238).

Sobre esta mesma questão, Malheiros (1996) defende opinião contrária. Para este autor pode “afirmar-se que as actuais emigração e imigração portuguesas não incidem sobre os mesmo segmentos da mão-de-obra, ainda que existam naturais margens de sobreposição e que, apesar de diferentes níveis de qualificação, as funções desempenhadas por emigrantes e imigrantes sejam por vezes idênticas” (Malheiros, 1996: 78). O fundamento invocado para esta afirmação é que os actuais emigrantes

portugueses têm um perfil semi-qualificado, diferentemente do que acontecia nas décadas de 60 e 70, quando os emigrantes eram, basicamente, pessoas não qualificadas. O aumento do nível médio de instrução dos portugueses seria mesmo um dos factores que favoreceria esta nova emigração e ajustar-se-ia às “novas exigências de especialização e flexibilidade da economia norte-americana e europeia, enquadrando-se bem nos esquemas de selecção e contratação para tarefas temporárias” (Malheiros, 1996: 76).

Este raciocínio suscita, contudo, duas objecções.

Uma é que não há suficiente evidência para afirmar que entre os novos emigrantes portugueses predominem, de facto, trabalhadores de qualificação intermédia. Como sugere Peixoto (1993c), se a quantificação da nova emigração já é difícil, a sua qualificação ainda é mais, especialmente no que respeita aos níveis de escolaridade e à composição profissional dos seus protagonistas.

É certo que a elevação geral dos níveis de escolaridade da população portuguesa tem sido nas últimas décadas um dos vectores principais dos processos de recomposição social que atravessam o país (Almeida, Costa e Machado, 1994). Nesse sentido, o capital escolar modal, à partida, dos candidatos a emigrantes será necessariamente mais alto do que há uma ou duas gerações. Mas se fizermos a comparação não no tempo mas no espaço, ou seja, por referência aos países de destino, também aí os perfis médios de qualificações escolares são hoje mais altos do que antes, pelo que um emigrante com o 9º ano de escolaridade poderá encontrar-se presentemente numa situação de contraste semelhante à daqueles que nos anos 60 partiam apenas com o ensino primário.

Algumas indicações fragmentadas sobre as modalidades de inserção dos portugueses nos mercados de trabalho no destino - trabalhadores da construção civil na Alemanha, trabalhadores da hotelaria na Suíça, para dar só dois exemplos - sugerem exactamente isso. Por outro lado, estudos actuais sobre a imigração em Espanha mostram, em termos mais concretos, que parte considerável dos portugueses a trabalhar naquele país tem baixas ou muito baixas qualificações (Actis, 1993: 224).

A segunda objecção prende-se com a ideia da diferença de qualificações entre emigrantes portugueses e imigrantes africanos, as dos primeiros tidas como mais altas do que as dos segundos. Se pelo lado dos emigrantes portugueses a posse de um nível intermédio de qualificações escolares é, pelo menos, discutível, a atribuição de baixos níveis de escolaridade aos imigrantes africanos em geral também é, embora habitualmente este ponto seja dado por adquirido no que à análise dos fluxos migratórios África-Europa diz respeito.

O caso dos imigrantes guineenses em Portugal contraria frontalmente essa ideia. De facto, o nível de instrução médio dos imigrantes guineenses é elevado, não só por comparação com a sociedade de partida, mas também quando comparado com o da população portuguesa. Muitos desses imigrantes desempenhavam na Guiné-Bissau profissões científicas e técnicas, entre as quais um grande número de professores, o que não preveniu que em Portugal entrassem nas faixas mais precarizadas do mercado de trabalho, basicamente a construção civil, de onde dificilmente saem depois (Machado, 1996). Este é, de resto, um exemplo que põe também em questão a ideia comum que associa automaticamente inserção em segmentos desqualificados do mercado de trabalho a ausência de qualificações escolares.

Na falta de elementos comparativos directos, não é possível saber até que ponto, no contexto da imigração dos P.A.L.O.P. em Portugal, o caso guineense faz figura de excepção. Seria importante compará-lo com a imigração angolana, por exemplo, também de crescimento muito rápido em anos mais recentes e de origem igualmente urbana. No caso da imigração caboverdiana, a mais antiga, sabe-se que o nível de escolaridade médio é bastante mais baixo (Saint-Maurice, 1994: 163), mas ainda aí era útil avaliar se ainda assim acontece com os imigrantes chegados mais recentemente.

De qualquer forma, e agora em termos mais gerais, importa ter presente que também nos países do terceiro mundo a cobertura dos sistemas escolares se tem expandido, nomeadamente nas áreas urbanas, áreas de onde são provenientes muitos dos jovens imigrantes que se dirigem para o Norte desenvolvido. A progressão dos sistemas de ensino a um ritmo mais rápido do que o da sociedade no seu conjunto, gerando uma oferta de qualificações muito maior do que a procura é, aliás, apontado como mais um entre os muitos factores a favorecer a emigração nos países em vias de desenvolvimento⁶. Tendo em conta, por outro lado, que as capacidades e expectativas conferidas pela posse de qualificações escolares podem ser indutoras justamente da decisão de migrar, o exemplo dos imigrantes guineenses em Portugal já não será propriamente uma singularidade, mas a manifestação de uma tendência provavelmente mais geral.

A tese de que emigração e imigração incidem sobre segmentos diferentes do mercado de trabalho, o que se deveria, entre outras razões, também à diferença de qualificações entre emigrantes e imigrantes, não encontra, como se vê, suficientes elementos de prova. Mas, apesar de alguma evidência nesse sentido, o mesmo se pode dizer da que sugere estar-se perante uma lógica de substituição de emigrantes por imigrantes. Se sobre a nova emigração e o perfil dos novos emigrantes se sabe ainda pouco, o mesmo acontece do lado da imigração.

De resto, a própria rapidez e contingência da evolução recente das migrações externas em Portugal torna difícil a sua apreensão. Só com novas pesquisas empíricas, que analisem integradamente os dois fluxos em termos dos seus factores, dimensão, composição, duração e tendências, se poderá conhecer mais sobre aquilo que é manifestamente um caso singular no contexto das migrações actuais na União Europeia.

2.2. Factores, composição e evolução dos fluxos de imigração

Ainda antes de observarmos os fluxos concretos da imigração portuguesa, é importante discutir brevemente a questão dos factores que, do ponto de vista do país receptor, têm favorecido a formação desses fluxos. A identificação de factores de migração, nos dois extremos do percurso migratório, tem sido, desde as formulações clássicas, uma preocupação das teorias das migrações.

A matriz clássica destes modelos chamados de “repulsão-atracção” foi estabelecida nos finais do século XIX por Ravenstein, a partir dos exemplos das migrações no País de Gales e na Inglaterra⁷, tendo-se depois generalizado na literatura especializada. Esta leitura estrutural das migrações, onde sobressaem os factores de natureza económica, tem sido objecto de diversas críticas. A principal diz que, focalizando apenas factores estruturais, o modelo da repulsão-atracção negligencia toda a problemática da tomada da decisão de migrar.

De acordo com essa crítica, o modelo assenta na ideia de “um arbítrio perfeitamente livre” (Jackson, 1991: 20) ou de uma “racionalidade formal universal” (Saint-Maurice e Pires, 1989: 205) que, dados esses factores de repulsão e atracção, todo e qualquer actor exerceria no sentido de maximizar vantagens e reduzir inconvenientes. A decisão de migrar aparece assim equacionada abstractamente, fora dos contextos históricos e sociais em que ela é ou não efectivamente tomada por indivíduos, famílias ou categorias mais alargadas, tendo em conta diversas circunstâncias, recursos e condicionantes próximas. Por outras palavras, a insuficiência do modelo reside no facto de não ter em conta, como refere Jackson, que “a migração é, claramente, um processo selectivo” (Jackson, 1991: 54).

De qualquer modo, o modelo continua a ser, com alguns aperfeiçoamentos posteriormente introduzidos - como o que acrescenta, entre os factores de repulsão e de atracção, variáveis intermédias que podem ser facilitadoras ou constrangedoras da decisão de migrar - um instrumento analítico útil para compreender a dimensão “macro” dos fenómenos migratórios. Ou seja, as condições ambientais, económicas, sociais ou po-

líticas que, nos pontos de partida e de chegada, favorecem a formação e durabilidade de determinadas correntes migratórias.

No que respeita ao poder de atracção migratória exercido por Portugal pode-se dizer que, em meados dos anos 60, há um primeiro momento de viragem. Até aí o número de estrangeiros residentes era reduzido e constituído fundamentalmente por pequenos grupos de origem europeia, alguns com uma presença já antiga em actividades económicas como o comércio do vinho do Porto e a exploração mineira (Esteves, 1991).

Depois dessa data, dois vectores distintos de evolução económica e social conjugam-se para fazerem aumentar o número de estrangeiros: por um lado, o começo de uma maior abertura ao investimento estrangeiro, na sequência da industrialização progressiva e da adesão de Portugal à EFTA, traz para o país profissionais e quadros dirigentes provenientes da Europa desenvolvida (Esteves, 1991: 20); por outro lado, a emigração portuguesa em massa, para essa mesma Europa, cria espaços em alguns sectores do mercado de trabalho, sobretudo na construção civil, para a entrada de um primeiro contingente de imigrantes africanos, recrutados fundamentalmente em Cabo Verde. Trata-se, neste caso, de uma imigração de substituição (Amaro, 1985, 1986), que, como já se disse, poderá estar outra vez em curso nos tempos actuais.

Na sequência imediata de Abril de 74 e da descolonização, e a par do regresso das centenas de milhares de portugueses residentes nas ex-colónias, uns poucos milhares de imigrantes africanos fixam-se em Portugal. Grande parte desse novo fluxo é composto por indivíduos e famílias que fogem a contextos de mudança e instabilidade política e, mais particularmente, a situações de guerra, podendo por isso ser considerado como migração de refugiados (Saint-Maurice e Pires, 1989). Apesar das condições económicas do país na altura não favorecerem propriamente a imigração económica, não é de excluir que nesse fluxo houvesse também uma componente estritamente laboral, até porque no caso caboverdiano estava já constituída uma cadeia migratória, que de resto não se quebrou até hoje.

Mas é só a partir de meados dos anos 80 que a imigração de natureza laboral assume expressão mais notória, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos. Essa imigração consolida-se no caso caboverdiano e alarga-se aos restantes P.A.L.O.P., especialmente a Angola e à Guiné-Bissau. É também nessa fase que a imigração brasileira, até então muito reduzida, ganha impulso. Trata-se, aqui, de uma migração que se pode igualmente considerar de natureza económica, embora o perfil socioprofissional dos imigrantes brasileiros seja bastante mais elevado do que o dos africanos.

Como tinha já sugerido anteriormente (Machado, 1991: 54), três tipos de factores favoreceram o rápido crescimento da imigração neste período.

Pelo lado do mercado de trabalho há evidente sincronia entre o reforço da política de obras públicas, a partir de meados da década de 80, e o aumento progressivo do número de imigrantes dos P.A.L.O.P. nesse sector de actividade, sobretudo na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve. Como referi num trabalho anterior, o sector da construção civil e das obras públicas adquiriu uma dependência estrutural da mão-de-obra imigrada, “sendo altamente improvável que, pelo menos num futuro próximo, se possam manter, e ainda menos crescer, os actuais níveis de actividade do sector sem o recurso continuado a trabalhadores estrangeiros” (Machado, 1991: 50). Os anos 90 têm confirmado essa ideia. A forte presença africana nas grandes obras em curso na zona da capital (Expo 98, expansão da rede de metropolitano, nova ponte sobre o Tejo) demonstra-o inequivocamente. A manutenção anunciada, para o curto e médio prazo, de um forte ritmo de investimento público na construção de infraestruturas de vários tipos deixa antever a provável continuação dessa tendência.

Um segundo factor é de natureza política e tem a ver com a posição do Estado português face à imigração. A ausência, durante toda a década de oitenta, de mecanismos de controle funcionou favoravelmente à entrada de imigrantes, tanto mais quanto os países europeus tradicionalmente receptores haviam já imposto fortes restrições à entrada de estrangeiros extra-comunitários. Neste ponto, a situação portuguesa é, aliás, idêntica à de Itália e Espanha, onde o crescimento da imigração foi também relacionado com o fechamento das fronteiras nos países do Centro e Norte da Europa (Barsotti e Lecchini, 1989; Fernandez, 1993).

A elevada proporção de imigrantes sem residência legalizada no início dos anos 90 foi a contrapartida dessa omissão política. No primeiro processo de regularização extraordinária destes imigrantes, em 1993, deram entrada 25 000 processos, que se juntaram a outros 18 000 que estavam pendentes. As críticas que na altura se dirigiram às autoridades políticas no sentido de que muitos imigrantes tinham ainda ficado por legalizar encontraram confirmação três anos depois. No segundo processo de regularização extraordinária registaram-se para cima de trinta mil pedidos. Se uma parte deles diria respeito a imigrantes chegados depois de 1993, muitos outros terá havido relativos a pessoas que já cá residiam antes dessa data.

Deve dizer-se que essa postura de omissão política, se num primeiro olhar pode ser lida como “benevolência” face à imigração e aos imigrantes, dadas até as relações institucionais privilegiadas com os P.A.L.O.P.,

acabou por ter implicações menos benévolas. Mantendo as questões da imigração despolitizadas, o Estado incapacitou objectivamente os imigrantes para o exercício da acção política, contribuindo para criar uma convergência funcional entre a ausência de estatuto legal e as formas de inserção precária da generalidade dos imigrantes no mercado de trabalho, que incluem situações frequentes de discriminação (Machado, 1993: 410-412).

Nos últimos anos, quer pelo aumento das capacidades associativas dos imigrantes, quer por mudanças na orientação ideológica e na prática política das autoridades governativas, este quadro começou a alterar-se. Hoje as questões da imigração e da etnicidade já estão para lá do grau zero de politização.

De qualquer modo, e agora em termos mais gerais, deve acrescentar-se que a funcionalidade da imigração no quadro da chamada flexibilidade dos mercados de trabalho leva, muitas vezes, a relações contraditórias entre o “económico” e o “político”. Como refere Ramos, há nas políticas migratórias sempre alguma ambiguidade: “por um lado, deseja-se o fecho da imigração para proteger a mão-de-obra nacional, mas, por outro, não é fácil substituir um trabalhador estrangeiro por um nacional. A flexibilidade necessária ao bom funcionamento do mercado de trabalho exige uma certa tolerância em relação à imigração” (Ramos, 1996: 259-260). Para a autora as actuais migrações Sul-Norte inscrevem-se justamente na precariedade e instabilidade que afectam cada vez mais as economias dos países de imigração.

O terceiro factor é de natureza eminentemente social e tem a ver com a formação de redes migratórias. A importância destes redes tem sido crescentemente sublinhada pela sociologia das migrações (Rocha-Trindade, 1995: 90-92).

Dadas certas condições estruturais, de natureza económica ou política, estabelecendo um cenário de migrações prováveis entre determinados pontos de partida e de chegada, a passagem à prática de intenções migratórias é favorecida na medida em que os potenciais migrantes estejam inseridos em redes de relacionamento interpessoal, que lhes facilitem, por exemplo, o apoio à instalação logo após a chegada e a informação sobre oportunidades de trabalho. Essas redes funcionam, assim, como elemento de intermediação entre os actores individuais e as forças estruturais de atracção e repulsão, e não só apoiam como estimulam “novas correntes migratórias, o que contribui para explicar a persistência de determinados fluxos populacionais mesmo quando cessam as condições estruturais que lhes deram início” (Rocha-Trindade, 1995: 91).

Por seu lado, Baganha e Peixoto (1996: 238), concluindo ser impossível que um só corpo teórico disciplinar dê conta da análise das migra-

ções, sustentam que as redes migratórias são justamente um dos factores a privilegiar nessa análise, juntamente com as questões do “mercado de trabalho” e do “sancionamento político”.

Em Portugal, e no que se refere particularmente à imigração africana, a formação de redes migratórias é desigual conforme as populações. O caso onde elas estão já manifestamente consolidadas é o da imigração caboverdiana, não só por ser a mais antiga, mas também por ser a mais numerosa. A chegada, ainda nos anos 60, dos primeiros imigrantes caboverdianos lançou as bases de uma cadeia migratória que se mantém activa até hoje. Como nota Saint-Maurice (1994: 116-117), durante a história já longa da emigração em Cabo Verde, “foram-se fixando fileiras migratórias com origens e destinos quase pré-determinados. Gerações inteiras partiram na mesma direcção apoiadas por redes formal ou informalmente organizadas”. De algumas ilhas parte-se preferencialmente para os E.U.A., de outras para Portugal.

Mas mesmo nos casos de imigração laboral mais recente, como são o dos angolanos, guineenses e santomenses, as redes migratórias parecem ter já um desenvolvimento assinalável. Para isso não terá deixado de contribuir o facto, já mencionado, de no período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, ainda antes portanto da fase da imigração económica, se terem instalado em Portugal pequenas comunidades originárias desses mesmos países. As relações directas entre os imigrantes económicos propriamente ditos e as pessoas que compõem esses núcleos mais antigos, com um estatuto jurídico e social diferente, não são uma realidade generalizada. No entanto, existem em quantidade e intensidade suficientes para impulsionarem essas redes. A fortíssima concentração dos imigrantes africanos na região de Lisboa é também, só por si, um dado que certamente contribui para a rapidez do processo.

Para além da imigração económica, nos anos 80 assistiu-se também ao aumento regular das entradas a partir de países europeus, sobretudo de países membros da União Europeia. Trata-se de um fluxo imigratório muito diferente do anterior. De acordo com Pires (1993: 185-187), se aquele se pode qualificar como “imigração laboral”, aqui trata-se na grande maioria dos casos de uma “imigração profissional”, composta por quadros dirigentes e profissionais científicos e técnicos que se instalam em Portugal por período de tempo limitados.

Esta fileira migratória está estreitamente relacionada com a abertura da economia portuguesa ao exterior, especialmente com a evolução do investimento estrangeiro. Como foi dito, a entrada de europeus tinha já conhecido alguma aceleração em meados da década de 60. Depois de um período de estagnação ou mesmo baixa nos anos 70, ela reforça-se sig-

nificativamente na década de 80, sobretudo depois da adesão à Comunidade Económica Europeia. O afluxo acrescido de capitais estrangeiros, a maior penetração de empresas europeias no território nacional e mesmo o recrutamento externo de técnicos e especialistas de certas áreas em resposta às necessidades de modernização do tecido empresarial português são factores que explicam esta outra imigração (Malheiros: 1996: 85).

Embora os elementos estatísticos disponíveis permitam compor um retrato em termos de origem e composição, a imigração oriunda da União Europeia é ainda menos conhecida do que a restante imigração. Se sobre as populações africanas se dispõe já de alguma informação, no caso da imigração europeia não há registo de qualquer estudo específico, nem sobre o conjunto dos imigrantes nem sobre qualquer comunidade em particular. Há apenas trabalhos isolados sobre a componente feminina dessa imigração (Perista, 1997; Machado e Perista; 1997).

Vejamos então, com base nos estatísticas produzidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna, os números relativos ao volume e origem da imigração, em 1996, e o modo como ela evoluiu nos dez anos anteriores a essa data. A selecção do período 1986-1996 deve-se a duas razões principais: por um lado, tanto quanto os dados disponíveis mostram, é o período em que se regista maior crescimento da imigração em geral, e da africana e brasileira em particular; por outro lado, só nesta fase, depois de um primeiro processo de regularização extraordinária dos ilegais, o número de imigrantes oficialmente quantificado começa finalmente a aproximar-se do número real (ver caixa).

Como se pode ver no quadro 1, o total de estrangeiros praticamente duplicou entre 1986 e 1996. Três categorias cresceram acima da média: africanos, sul-americanos e asiáticos, estes com a maior taxa de crescimento entre todos. Em termos comparativos, os africanos, fundamentalmente oriundos dos P.A.L.O.P., reforçaram a sua posição, aproximando-se agora de metade do efectivo total de imigrantes. Europeus e norte-americanos, por seu lado, perderam peso relativo, enquanto sul-americanos e asiáticos aumentaram ligeiramente as suas proporções.

Apesar de ficarem longe de qualquer dos restantes conjuntos de imigrantes, tanto em valores absolutos como relativos (representam menos de 5% do total de estrangeiros), o crescimento do número de asiáticos merece destaque. Trata-se principalmente, e por ordem decrescente, de chineses, indianos e paquistaneses. No primeiro caso, não é de excluir que a tendência de subida continue nos próximos anos, no contexto da passagem formal da administração de Macau para a República Popular da China.

Problemas de quantificação dos fluxos imigratórios em Portugal

A quantificação rigorosa e retrospectiva, com base nas estatísticas oficiais, do fluxo de entrada de estrangeiros em Portugal é difícil de fazer, devido a problemas de vária ordem nas duas fontes existentes - os Recenseamentos Gerais da População e os dados produzidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna. Como acontece frequentemente, a realidade foi, também neste domínio, muito mais rápida do que a capacidade de a registar. O problema principal é a subestimação do volume real da imigração. Como o provaram os dois processos de regularização extraordinária dos imigrantes ilegalmente residentes no país (o primeiro em 1993, o segundo em 1996), o diferencial entre a contabilização oficial e a realidade era enorme. No primeiro entraram 25 000 processos, que se juntaram a outros 18 000 pendentes, e no segundo houve para cima de trinta mil novos pedidos de residência.

Seria de esperar que essa subestimação afectasse mais as estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do que as dos censos da população, dadas as finalidades, características e procedimentos próprios das operações de registo que estão na base de que uma delas. No caso do SEF, o registo depende do acto voluntário de cada migrante no sentido de solicitar a autorização de residência, que, pelo menos teoricamente, pode ou não ser concedida. Com receio de denunciarem a sua própria situação de residência ilegal, muitos imigrantes não o fazem, a não ser justamente em períodos extraordinários. Nas operações censitárias é o agente recenseador que faz o registo directo no alojamento, independentemente dos recenseados terem ou não estatuto legal de residentes, questão que nem sequer se coloca porque não faz parte do formulário a preencher. Isso não impedirá alguma retracção ou ocultação, mas certamente menor do que na situação anterior.

No entanto, não é isso que acontece. Comparando essas fontes nos anos dos dois últimos recenseamentos, o que se encontra são discrepâncias em sentidos contrários. Enquanto, em 1981, os dados do XII Recenseamento Geral da População registavam cerca de 40 000 estrangeiros mais do que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 1991 acontecia justamente o oposto, com as estatísticas do S.E.F. a contabilizarem mais 7 000 estrangeiros do que o recenseamento geral desse ano (Pires, 1993: 189).

Além disso, e a julgar apenas pelo que os recenseamentos dizem, ter-se-ia verificado uma diminuição do número de estrangeiros entre 1981 (108 526) e 1991 (106 519), o que é manifestamente inverosímil, dado ser esse já um período de intensificação do número de entradas. Basta dizer que, no caso da imigração caboverdiana, os Censos 91 registam um número que é metade daquele que no mesmo ano é indicado pelo SEF.

Por terem periodicidade anual as estatísticas do SEF são naturalmente uma fonte privilegiada para analisar a evolução do fluxo imigratório, embora tenham como limitação o facto de contabilizarem não as entradas anuais, mas o total acumulado de estrangeiros legalmente residentes em cada ano. Depois de 1993 e 1996, os números disponíveis incorporam já o resultado dos processos de regularização, aproximando-se bastante mais da realidade. Mas antes dessa data fica sem se conhecer o ritmo real de crescimento anual do número de imigrantes, na medida em que, na maioria dos casos, há um desfasamento entre o momento da entrada e o do registo de residência, desfasamento que pode ser de vários anos.

De qualquer modo, e em termos retrospectivos, parece seguro afirmar que a fase de maior crescimento é o que vai de meados da década de 80 a meados da década seguinte. De acordo com os dados do S.E.F., entre 1986 e 1996 registou-se um crescimento médio anual de cerca de 10%, enquanto entre 1980 e 1985 esse crescimento foi da ordem dos 7%. Embora os dados de 1986-1996 incluam já os resultados do primeiro processo de regularização extraordinária, tal facto não introduz grande desvio na comparação entre os dois períodos, uma vez que poucos dos que se registaram em 1993 terão entrada no país antes de 1986. O já mencionado Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal, em 1995, corrobora, de resto, esta interpretação: mais de 70% dos inquiridos chegaram a Portugal entre 1985 e 1995.

Se recuarmos até aos anos imediatamente posteriores ao 25 de Abril de 1974, encontramos, claro, valores mais altos, no que respeita ao ritmo de entradas. Apesar de o número de europeus diminuir nesses anos, a chegada de africanos é suficiente para fazer elevar rapidamente o efectivo total de estrangeiros. Mas aí o quadro é diferente. Para além de os números de partida serem muito baixos, o fluxo é súbito, em dois ou três anos, acompanhando como já se disse o retorno dos portugueses residentes nas ex-colónias.

Por maioria de razão, também nessa fase o registo foi mais lento do que a realidade. De acordo com as estatísticas oficiais da época o número de africanos residentes, em 1975, era de 503 e, em 1976, de 2 463, o que não corresponde certamente aos factos, já que o essencial do fluxo a partir das ex-colónias se deu entre 1974 e 1976 (Pires, 1984).

Quadro 1: Origem da população estrangeira em Portugal em 1986 e 1996

	1986	1996*	var. 86/96
Total de estrangeiros	86 982 (100,0)	170 962 (100,0)	+ 97%
Africanos	37 829 (43,5)	80 509 (47,1)	+ 113%
Asiáticos	2 958 (3,4)	6 990 (4,1)	+ 136%
Europeus	24 040 (27,6)	46 033 (26,9)	+ 92%
Norte-americanos	9047 (10,4)	10 839 (6,3)	+ 20%
Sul-americanos	12 629 (14,5)	25 824 (15,1)	+ 105%
Outros	479 (0,6)	767 (0,5)	+ 6%

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

* os dados de 1996 são relativos ao fim do mês de Junho

No que respeita aos indianos e paquistaneses, com efectivos muito reduzidos, a sua vinda está relacionada com a existência um conjunto muito mais numeroso de portugueses com essa mesma origem. Os portugueses de ascendência indiana formam uma população etnicamente heterogénea - hindus, muçulmanos, ismaelitas e goeses -, que se fixou em Portugal depois da descolonização, na sequência de um percurso migratório de duas ou três gerações, que começou por ligar a Índia, e em menor

número o Paquistão, a Moçambique (Ávila e Alves: 1993; Alves e Ávila, 1994). Segundo algumas estimativas essa população é superior a 30 000 pessoas (Malheiros, 1996: 141).

Relativamente ainda ao total actual de estrangeiros, importa acrescentar que os números do quadro 1., relativos a 1996, não incluem o resultado do segundo período de regularização extraordinária de imigrantes ilegais, concluído no final desse ano, e durante o qual foram apresentados mais de 35 000 pedidos de autorização de residência. Na medida em que os casos de menores e outros dependentes são agregados ao processo da pessoa que requer a legalização, esses 35 000 processos correspondem certamente a mais de 35 000 pessoas. Mas mesmo adicionando simplesmente o número de pedidos ao efectivo já registado, o total de estrangeiros ultrapassa já os 200 000, enquanto a taxa de crescimento, desde 1986, salta para cima de 130%.

As informações disponíveis sobre a origem desses pedidos permitem destacar dois factos. Em primeiro lugar, o reforço da componente africana da imigração. Perto de 70% dos pedidos foram submetidos por nacionais dos P.A.L.O.P. - angolanos, caboverdianos e guineenses, sobretudo -, o que significa que os imigrantes africanos são já, hoje em dia, mais de metade do total de estrangeiros. Esta evolução coloca Portugal numa posição singular no contexto da União Europeia, já que, como veremos adiante, passa a ser o país onde o peso relativo da imigração africana é maior.

Em segundo lugar, e confirmando o que atrás se disse, destaca-se o crescimento da imigração asiática: paquistaneses, chineses e indianos ocuparam, respectivamente, o 5º, 6º e 8º lugares da lista de pedidos por países de origem⁸.

Resta dizer que não se sabe quantos imigrantes ilegais terão ficado por recensear, ainda desta vez. Embora menos do que depois do primeiro período de regularização extraordinária, houve também, após o segundo período, associações de imigrantes e outras organizações que insistiram no prolongamento do prazo de regularização, com base no argumento de que a diferença entre os processos entrados e os imigrantes sem autorização de residência era importante. É uma questão a que só os próximos anos irão responder.

De qualquer modo, e em termos mais gerais, torna-se evidente que o problema da imigração clandestina tem adquirido cada vez mais carácter estrutural. Isso acontece tanto nos países de imigração recente, como são os da Europa do Sul (Eaton, 1996), como naqueles que tradicionalmente recebem de imigrantes, como a França. Neste país estimava-se existirem, em 1991, cerca de 350 000 clandestinos (Bernard, 1993: 101). No caso

francês, acrescente-se, a imigração clandestina desenvolveu-se mais a partir de 1974, justamente o momento em que as autoridades francesas decidiram o encerramento formal das suas fronteiras a novos imigrantes (Cordeiro, 1983: 107-110).

A imigração clandestina pode vir tanto do exterior das fronteiras da União Europeia como do seu interior. Exemplo desta última é a já mencionada nova emigração portuguesa, teoricamente temporária mas que se torna permanente nos países de destino. Mesmo com mecanismos de controle cada vez mais cerrados, as entradas de imigrantes não autorizados vão acontecendo, e não só devido a factores externos, como vimos. Por seu lado, também as estratégias de entrada são cada vez mais camufladas, por forma a contornar essas barreiras. A própria necessidade de instituir processos de regularização dita extraordinária, que deixam de ser excepção para se repetirem uma e outra vez, é disso o melhor indicador.

Uma análise mais discriminada por regiões e países de partida permite perceber melhor a origem e evolução da imigração em Portugal no período seleccionado (Quadro 2).

No que respeita aos imigrantes europeus, é de notar que se trata quase exclusivamente de um fluxo proveniente de países da União Europeia. Em 1996, os principais contingentes eram, por ordem decrescente, constituídos por ingleses (11 688), espanhóis (9 067) e alemães (7 675). A imigração de outros países europeus é inferior a 10% do total deste sub-conjunto, tendo mesmo perdido peso relativo nos anos mais recentes. A imigração oriunda do Leste, que noutros países da Europa dos Quinze foi particularmente intensa durante o período em análise, é residual. Em Portugal ela representa menos de 4% dos europeus e apenas 1% do total de estrangeiros.

Relativamente aos imigrantes africanos verifica-se um fenómeno de concentração idêntica no que toca a pontos de origem, neste caso com os fluxos a partir dos P.A.L.O.P. a englobarem 95% do total das entradas. Os imigrantes procedentes de outros países africanos representam apenas 2,3% do total de estrangeiros.

O peso numérico dos imigrantes de língua portuguesa é reforçado, também, pelo grande incremento da imigração brasileira, que cresce mais de uma vez e meia nesses dez anos. Do mesmo passo, a proporção de brasileiros na imigração proveniente da América do Sul passa de 60% em 1986 para 78% em 1996. Relativamente à imigração brasileira, importa dizer que ela dificilmente encaixa na tipologia que distingue “imigração laboral” e “imigração profissional” (Pires, 1993), que no entanto é útil para classificar os casos restantes. Com efeito, se as motivações dos imigrantes brasileiros parecem aproximá-los dos africanos (busca de

melhores oportunidades de trabalho e de salários mais altos), a sua composição profissional aproxima-os dos europeus, já que a grande maioria desempenha profissões científicas e técnicas.

Quadro 2: Evolução da população estrangeira em Portugal por continentes e países de origem (1986-1996)

	1986	1991	1996	var. 86/91	var. 91/96	var. 86/96
Total de estrangeiros	86 982	113 978	170 962	+ 31%	+ 50%	+ 97%
Europeus	24 040	33 011	46 033	+ 37%	+ 39%	+ 91%
Europeus U.E.	*	30 042	42 582	—	+ 42%	—
Africanos	37 829	47 998	80 509	+ 27%	+ 68%	+ 113%
Africanos P.A.L.O.P	36 799	45 795	76 526	+ 24%	+ 67%	+ 108%
Caboverdianos	26 301	29 743	39 236	+ 13%	+ 32%	+ 49%
Angolanos	3 966	5 738	16 172	+ 45%	+ 182%	+ 308%
Guineenses	2 494	4 770	12 548	+ 91%	+ 163%	+ 403%
Moçambicanos	2 475	3 361	4 396	+ 36%	+ 31%	+ 78%
Santomenses	1 563	2 183	4 174	+ 40%	+ 91%	+ 167%
Brasileiros	7 470	12 678	20 027	+ 70%	+ 58%	+ 168%

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

* os dados desse ano não permitem isolar os europeus provenientes dos países da União Europeia

Ainda no que toca aos imigrantes dos P.A.L.O.P., verifica-se que o crescimento se deu a ritmos muito diferentes consoante os países. Analisando isoladamente o fluxo imigratório a partir de cada um deles, destacam-se claramente a imigração guineense e angolana. Nesses dez anos, a primeira quadruplicou e a segunda triplicou. A imigração guineense conheceu já o maior incremento relativo entre 1986 e 1991 e manteve-se em alta nos cinco anos seguintes, apenas ultrapassada em ritmo de crescimento pela angolana. As taxas de crescimento entre 1991 e 1996 reflectem, naturalmente, o acréscimo estatístico súbito resultante do primeiro período de regularização extraordinária de imigrantes clandestinos entretanto realizado. Não deixa, no entanto, de ser significativo que o incremento observado nesses dois casos seja muito maior do que em qualquer dos outros.

Se até ao início dos anos 90 a imigração laboral em Portugal era algo que se associava exclusivamente a Cabo Verde e aos caboverdianos, depois dessa data não ficam dúvidas que ela passa a incluir também Angola e a Guiné-Bissau. No caso angolano, em particular, tudo indica ter-se operado uma mudança de fundo no tipo de migração, já que até aí ela era

considerada em grande parte uma imigração de refugiados, em face da situação prolongada de guerra vivida naquele território. Relativamente à imigração caboverdiana, deve-se também destacar o facto de, partindo de valores muito mais altos do que qualquer das outras, registar ainda assim um aumento de 50%, o que confirma plenamente a existência de uma corrente migratória fortemente consolidada.

Quanto a Moçambique e a São Tomé e Príncipe, o volume da imigração é muito inferior. O trajecto ascendente da imigração santomense é, contudo, bem mais acentuado do que o da imigração moçambicana, estando hoje os dois países praticamente equiparados em termos de número de imigrantes. A diminuição da importância relativa da imigração moçambicana é particularmente evidente quando comparada com a imigração guineense. Em 1986, as duas populações tinham quase a mesma dimensão. Em 1996, os guineenses são quase três vezes mais do que os moçambicanos.

Quadro 3: Evolução relativa dos estrangeiros dos P.A.L.O.P. em Portugal (1986-1996)

	1986	1996
Angolanos	10,8	21,1
Caboverdianos	71,5	51,3
Guineenses	6,8	16,4
Moçambicanos	6,7	5,7
Santomenses	4,2	5,5
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Como está patente no Quadro 3, a imigração diferencial a partir de cada um dos cinco P.A.L.O.P., ao longo destes dez anos, teve como consequência a significativa alteração nos pesos comparativos das respectivas populações imigrantes fixadas em Portugal.

A hegemonia caboverdiana atenua-se. Embora continue a ser, de longe, o grupo mais numeroso, a proporção de imigrantes desta origem desce de mais de 70% para cerca de metade do total dos imigrantes dos P.A.L.O.P.. Em sentido contrário, angolanos e guineenses vêm os seus pesos relativos multiplicarem-se por dois e três, respectivamente. Os guineenses, mais especificamente, registam uma evolução espectacular. Em 1986 eram, como os moçambicanos e os santomenses, uma comunidade de pequena dimensão. Em 1996 adquirem já uma dimensão média,

não muito distante da que tem actualmente a imigração angolana. Os moçambicanos são os únicos a diminuir a sua proporção, enquanto os santomenses a aumentam ligeiramente. No seu conjunto, moçambicanos e santomenses continuam, no entanto, a representar apenas cerca de 10% de toda a imigração proveniente das antigas colónias africanas.

Se contabilizarmos os dados provisórios relativos aos pedidos de autorização de residência apresentados na regularização extraordinária de 1996, as tendências apontadas confirmam-se plenamente. Os caboverdianos continuam a perder peso relativo e passam para menos de metade; os angolanos e os guineenses aumentam a sua cota, sobretudo os primeiros, que ficaram no topo da lista com quase dez mil novos pedidos de residência. Os moçambicanos, com um aumento absoluto muito pequeno, perdem também peso relativo e são mesmo ultrapassados pelos santomenses, apesar destes aumentarem pouco em número e proporção.

De todos os aspectos relativos à evolução recente da imigração em Portugal o mais notório é, no entanto, o facto de ela ser cada vez mais constituída por imigrantes de língua portuguesa. Se excluirmos a imigração profissional proveniente da Europa dos Quinze, e considerarmos apenas a de natureza laboral, então pode mesmo falar-se de uma imigração esmagadoramente oriunda de países lusófonos.

Em 1986, das cinco populações imigrantes mais numerosas apenas duas eram oriundas de países de língua portuguesa (Quadro 4). Espanhóis, americanos, ingleses apareciam antes de angolanos e guineenses, estes últimos ocupando o 10º lugar da lista. Em 1991, mantêm-se nos dois primeiros lugares caboverdianos e brasileiros e há apenas algumas mudanças de posição nos grupos de origem europeia. Dez anos depois, as quatro comunidades mais numerosas são já de origem lusófona, aparecendo o primeiro grupo de origem europeia (ingleses) somente em 5º lugar.

Quadro 4: As cinco comunidades estrangeiras mais numerosas em Portugal (1986-1996)

	1986	1991	1996
1ª	Caboverdianos (26 301)	Caboverdianos (29 743)	Caboverdianos (39 236)
2ª	Brasileiros (7 470)	Brasileiros (12 678)	Brasileiros (20 027)
3ª	Espanhóis (6 958)	Ingleses (8 912)	Angolanos (16 172)
4ª	Americanos (6 326)	Espanhóis (7 571)	Guineenses (12 548)
5ª	Ingleses (5 872)	Americanos (7 210)	Ingleses (11 688)
—	Guineenses (2 494) (10ª)	Guineenses (4 770) (9ª)	—

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Os estrangeiros dos P.A.L.O.P. e do Brasil representavam, em 1986, 51% do total dos imigrantes e, em 1996, 57%. Se contabilizarmos os pedidos de regularização de residência apresentados em 1996, 74% dos quais foram submetidos por imigrantes lusófonos, esse número atinge os 60%. Feitas as mesmas contas apenas para a imigração laboral, ou seja, aquela que, grosso modo, deixa de fora os imigrantes europeus e os do continente norte-americano, os imigrantes lusófonos passam de 83% para 85% entre 1986 e 1996.

Dada a composição global dos imigrantes que solicitaram residência em 1996, é previsível que o peso relativo dos estrangeiros provenientes dos P.A.L.O.P. e do Brasil desça ligeiramente. Mas o que é notável é que esses valores se mantenham tão altos, num período em que, como se disse, Portugal parece ter integrado as rotas internacionais das migrações do terceiro mundo que tomam a Europa como destino e em que a Europa do Sul, em particular, é considerada como uma nova porta de entrada no continente europeu.

A presença reduzida de imigrantes laborais de outras proveniências sugere, contudo, uma marca de especificidade na inserção portuguesa na Europa da imigração, não só em comparação com a União Europeia em geral, como na comparação com os outros países da Europa do Sul. Tínhamos visto antes que o modo como em Portugal se articulam imigração e emigração constituía já um singularidade no quadro europeu. A análise da imigração, em termos da sua origem, revela que essa singularidade é mais ampla. Para a compreender melhor, vejamos então, em termos comparativos, de onde procedem as populações imigrantes fixadas nos diferentes países da Europa dos Quinze.

3. Especificidades da imigração portuguesa no contexto da União Europeia

Em 1992, dos 366 milhões de habitantes da União Europeia, 15,8 milhões eram imigrantes, o que representa uma taxa de 4,3%. Desses imigrantes, 5,2 milhões eram cidadãos comunitários residentes em países outros que o seu país de origem e nacionalidade e 10,6 milhões eram cidadãos de países terceiros.

A imigração na União Europeia tem sido, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, uma imigração proveniente em grande parte do Sul. Em primeiro lugar, do sul do próprio continente europeu, tanto do lado ocidental (Espanha, Itália e Portugal) como do lado oriental (Grécia, Turquia, ex-

Jugoslávia). Em segundo lugar, dos países africanos e asiáticos que foram colónias europeias, sobretudo a partir dos processos de descolonização nos anos 50 e 60. Em anos mais recentes, na transição da década de 80 para a de 90, a súbita e volumosa imigração de Leste contribuiu para aumentar consideravelmente, mais nuns países do que noutros, a quantidade e diversidade de imigrantes. Pelas razões já apontadas, esse fluxo não tem, contudo, no contexto das grandes migrações internacionais, as mesmas características de tendência pesada que tem a imigração do Sul em desenvolvimento para o Norte desenvolvido.

É justamente essa imigração de Sul para Norte que vai alterar globalmente a posição dos países da Europa do Sul no quadro das migrações europeias. Deixando ou não (como no caso português) de serem países de emigração, Espanha, Itália e Portugal passam a integrar a Europa da imigração, formando “uma nova porta de entrada”, transposta por imigrantes africanos, sul-americanos e asiáticos, que tanto podem procurar fixar-se no país de chegada, como usá-lo enquanto passagem para outros destinos. A inclusão de Espanha, Itália e Portugal nas rotas da imigração europeia é, sem dúvida, uma das mudanças mais importantes na Europa das migrações nas duas últimas décadas.

A concomitância do fenómeno migratório nesses três países é notória. Parecendo ter começado um pouco mais cedo em Itália, onde nos finais da década de setenta a imigração já se fazia sentir com alguma força, é durante os anos 80 que a entrada de imigrantes cresce rapidamente.

No caso italiano, onde a imigração passou entretanto a superar a emigração, a proporção de africanos e asiáticos no conjunto dos estrangeiros multiplica-se, respectivamente, por quatro e por mais de dois, entre 1980 e 1988 (Barsotti e Lecchini, 1989). O grande número de clandestinos conduz as autoridades italianas a três iniciativas legislativas de regularização extraordinária de imigrantes, em 1986, 1989 e 1991, embora tudo indique que, especialmente no Sul, a clandestinidade continue a ser regra. Na região da Campania, “onde a estrutura social permite facilmente evitar qualquer controlo policial”, a clandestinidade é mesmo “condição *sine qua non* para obter trabalho”, estando nesse regime grande parte dos imigrantes africanos que aí trabalham na agricultura. Essa região é também identificada como plataforma de passagem de imigrantes, entretanto legalizados, para o Norte de Itália ou para outros países europeus (Vallat, 1993: pp. 52-54).

Em Espanha, o trajecto é semelhante ao italiano. Nos anos 80, a emigração cessa, regressam muitos emigrantes e cresce a imigração, o que resulta no abandono da posição tradicionalmente ocupada pelo país

no pólo emigração do “sistema migratório europeu” (Fernandez: 1993; Rodríguez, 1995; Pérez, 1996). Embora já no início da década de 80 se registasse imigração expressiva, é no período 1985-1992 que o seu crescimento é considerado muito rápido. Entre 1983 e 1993, o número de estrangeiros multiplica-se por dois e estima-se que mais de metade do total de imigrantes residentes no país em meados dos anos 90 chegaram depois de 1985. Tal como em Itália, e mais tarde em Portugal, têm aí lugar duas operações de legalização de imigrantes, em 1985-86 e em 1991-92. No entanto, também como em Itália, há a convicção de que a imigração clandestina continua (Rodríguez, 1995: 106-107).

Tomando agora a União Europeia no seu conjunto, importa sublinhar que, apesar da pressão Sul-Norte, a imigração proveniente do terceiro mundo não chega a metade dos 10,6 milhões de imigrantes extra-comunitários. Tantos como os imigrantes africanos, asiáticos e sul-americanos no seu conjunto são os europeus extra-comunitários, nomeadamente turcos e ex-jugoslavos e, em volume muito menor, imigrantes dos países de Leste, em especial polacos e romenos. Cerca de 5,0% do total dos imigrantes oriundos de fora da UE são norte-americanos, canadianos, australianos e neo-zelandeses.

A Turquia é, só por si, o grande exportador de imigrantes para a Europa comunitária, com uma imigração de 2,4 milhões de pessoas, não muito menor do que o inteiro contingente africano, que é da ordem dos 2,8 milhões. Os asiáticos são cerca de 1,7 milhões e os sul-americanos menos de 0,5 milhões. Depois da Turquia, outros grandes fornecedores são Marrocos (1,1 milhões), ex-Jugoslávia (0,9 milhões) e Argélia (0,7 milhões).

No que respeita à imigração originária de países também pertencentes à União Europeia, os contingentes mais numerosos são compostos por italianos (1,1 milhões) e portugueses (0,9 milhões), seguidos à distância por irlandeses, espanhóis e gregos, todos com valores em torno do meio milhão de emigrantes.

Observando agora a posição quantitativa da imigração portuguesa no quadro europeu em geral (Quadro 5), a primeira nota a salientar é a de que, apesar do crescimento acentuado da entrada de imigrantes nos últimos dez a quinze anos, Portugal apresenta uma percentagem de população estrangeira das mais baixas da União Europeia.

Mesmo actualizando os valores do Quadro 5 para 1996, e incluindo já o apuramento provisório resultante da última regularização extraordinária, Portugal fica por uma taxa da ordem dos 2,0% a 2,2%. Descontando, pela sua reduzida população, o caso do Luxemburgo, onde um terço dos residentes são estrangeiros, a proporção de imigrantes é 3 a 4,5 vezes

Quadro 5: Estrangeiros na União Europeia por países e regiões de origem (1992)

	Estrangeiros milhares (%)	África	América do Norte	América do Sul	Ásia	Europa dos 15	Outros Europeus	Outros	Total
Alemanha	5 882 (7,3)	4,0	1,8	0,9	9,4	28,9	53,6	1,3	100,0
Áustria	518 (6,6)	1,7	1,4	0,5	5,0	15,4	74,6	1,4	100,0
Bélgica	923 (9,2)	21,0	1,5	0,8	2,7	62,3	11,7	0,1	100,0
Dinamarca	169 (3,3)	4,7	3,0	1,7	23,5	23,5	37,7	5,9	100,0
Espanha	361 (0,9)	17,7	3,9	19,1	8,9	46,5	2,8	1,0	100,0
Finlândia	38 (0,8)	8,1	5,4	*	10,8	32,5	37,8	5,4	100,0
França	3 597 (6,3)	45,3	0,8	1,2	6,3	36,8	9,5	0,1	100,0
Grécia	214 (2,1)	9,9	10,3	2,4	18,4	31,6	22,2	5,2	100,0
Holanda	733 (4,8)	27,1	2,0	4,3	7,9	24,9	33,3	0,5	100,0
Itália	537 (0,9)	31,8	4,3	7,6	16,0	22,2	14,7	3,4	100,0
Irlanda	95 (2,7)	*	9,5	*	*	75,8	*	*	100,0
Luxemburgo	129 (32,2)	0,8	0,8	0,8	0,8	94,4	2,4	—	100,0
Portugal	114 (1,2)	42,1	7,9	16,7	3,5	26,3	2,6	0,9	100,0
Reino Unido	2 012 (3,5)	9,8	7,6	6,3	25,1	41,0	6,5	3,7	100,0
Suécia	494 (5,7)	4,7	2,0	5,7	16,8	38,6	29,0	3,2	100,0

Fonte: EUROSTAT, Anuário de 1995

superior à portuguesa na Bélgica, Alemanha, Áustria, França e na Suécia. A Holanda, o Reino Unido e a Dinamarca apresentam valores também claramente acima dos portugueses, enquanto a Irlanda e a Grécia, também com tradição de emigração, registavam, em 1992, valores superiores ao que Portugal apresenta actualmente.

Se exceptuarmos a Finlândia, que aparece na cauda da tabela, Portugal forma, com Espanha e Itália, o trio de países onde a imigração é mais

reduzida. Apesar de no quadro 5 a Espanha e a Itália aparecerem com valores inferiores a 1,0%, as estimativas disponíveis apontam, no caso espanhol, também para 2,0% (Rodríguez, 1995) e no caso italiano para 1,7 a 1,8% (Barsotti e Lecchini, 1989).

A composição da imigração, em termos de regiões de origem, é muito diversificada de país para país. Na Áustria e na Alemanha mais de metade dos imigrantes são europeus extra-comunitários, sobretudo ex-jugoslavos e turcos respectivamente. Na Holanda, Dinamarca e Finlândia são igualmente os europeus não pertencentes à UE que formam a categoria mais numerosa. Na Irlanda e Bélgica, a larga maioria dos estrangeiros é constituída por cidadãos de países também da União Europeia, o mesmo acontecendo no Luxemburgo, onde apenas 6% dos estrangeiros têm outro origem. Os imigrantes comunitários compõem ainda o grupo mais amplo em Espanha, Suécia, Reino Unido e Grécia. Portugal, França e Itália, por seu lado, distinguem-se por terem em maior proporção imigrantes procedentes do continente africano.

A maior percentagem de imigrantes sul-americanos existe em Espanha, seguida de perto por Portugal, ambos com valores muito superiores a todos os restantes países, enquanto os asiáticos registam os valores relativos mais altos no Reino Unido e na Dinamarca, onde contudo constituem apenas cerca de 1/4 da população estrangeira.

Em termos qualitativos, a imigração portuguesa apresenta, no contexto da União, dois traços singulares: Portugal é o país onde os imigrantes do que se designa genericamente por terceiro mundo são, de longe, em maior número relativo e é simultaneamente o país onde, em face dos dados de 1996, a proporção de imigrantes africanos é também mais alta, já maior do que a francesa. O grande aumento da presença brasileira indica, por outro lado, que Portugal manter-se-á perto da Espanha no que à imigração sul-americana diz respeito.

O conjunto da população estrangeira proveniente do hemisfério Sul representava em Portugal, no ano de 1992, 62% do total de imigrantes, acima da Itália (55%) e da França (53%) e muito acima da Espanha (46%), Reino Unido (41%) e Holanda (39%). O facto de os três países da Europa do Sul, não sendo clássicos receptores de imigrantes, aparecerem entre os quatro primeiros lugares desta lista é um dado revelador das mudanças em curso no sistema migratório europeu. Se tomarmos os dados de 1996, para Portugal, esse sub-conjunto da imigração representa já 66%, sem contar com o adicional da regularização extraordinária de imigrantes concluída no fim desse ano. Tanto em Itália como em Espanha, a julgar pelo trajecto recente, a tendência será com toda a probabilidade a mesma.

Nos restantes países o peso relativo dos imigrantes do terceiro mundo é muito menor. Abaixo dos 20% estão Alemanha, Áustria, Finlândia, Luxemburgo e Irlanda, os dois últimos com valores estatisticamente insignificantes; entre os 20% e os 30% contam-se Bélgica, Dinamarca, Grécia e Suécia.

No que toca particularmente aos fluxos África-Europa, a desactualização dos dados patentes no Quadro 5 leva a crer que é Portugal, e não a França, o país actualmente com maior percentagem de imigrantes africanos. Como ficou dito, estes representam hoje, em Portugal, mais de 50% dos estrangeiros, sendo pouco provável que, face ao muito maior número de partida, a França tenha conhecido desde 1992 evolução semelhante em termos percentuais. Diga-se, de qualquer modo, que a França é, em números absolutos, o grande receptor da imigração africana na União Europeia, muito mais do que o Reino Unido. Em 1992, os 1,6 milhões de africanos em França representavam 58% de total de africanos residentes nos quinze países da União (Chrissantaki e Kuiper, 1994).

Para se compreender melhor as especificidades da imigração portuguesa é preciso, no entanto, alguma qualificação adicional quanto à sua origem. Tomados na sua objectividade crua, os dois factos estatísticos apresentados - maiores proporções de imigrantes do terceiro mundo e de imigrantes africanos - podem conduzir à interpretação errada de que a imigração laboral portuguesa é recrutada no terceiro mundo ou em África em geral.

Como vimos, não é isso que acontece. Esse recrutamento continua a fazer-se em muito larga medida nos P.A.L.O.P. e no Brasil, de onde provêm mais de oitenta por cento dos imigrantes laborais residentes em Portugal. A imigração a partir de outros países africanos é ínfima, não havendo nenhum caso que atinja sequer o milhar de pessoas, mesmo depois da legalização extraordinária de 1996. Por seu lado, os brasileiros são cada vez mais numerosos entre o contingente sul-americano. Os asiáticos são, de facto, a única excepção, mas mesmo essa deve ser relativizada, tendo em conta as afinidades dos imigrantes indianos e paquistaneses com os indianos de nacionalidade portuguesa e ainda a provável relação da imigração chinesa com a presença portuguesa em Macau. Em todo o caso, os asiáticos não chegam sequer aos 5% do total de estrangeiros.

O facto de a imigração laboral em Portugal se cingir quase só aos países lusófonos sugere que o país ocupa não um lugar de primeira linha nas rotas migratórias que se dirigem à União Europeia como um todo, mas um nicho que só é procurado pelos imigrantes dos P.A.L.O.P. e do Brasil, e relativamente ao qual passam ao largo outros imigrantes, inclu-

indo aqueles que formam contingentes muito mais numerosos do que os africanos dos P.A.L.O.P., como é o caso dos oriundos do Magrebe. A imigração portuguesa parece ter assim um carácter quase “doméstico” ou “caseiro”, tudo se passando entre uma mesma família internacional de países⁹.

Esta situação contrasta, desde logo, com o que se passa nos outros países da Europa do Sul, onde quanto ao resto o fenómeno imigratório tem, como vimos, muitas similaridades com o caso português. Não deixa de ser surpreendente, por exemplo, mesmo tendo em conta o acesso privilegiado que podem constituir as possessões espanholas na costa norte-africana, que em Espanha os marroquinos apareçam já no primeiro lugar da lista dos imigrantes extra-comunitários, enquanto em Portugal essa presença é estatisticamente desprezável. No país vizinho há também contingentes notórios de imigrantes senegaleses, chineses ou indianos (Actis, 1993). Em Itália o leque de recrutamento é ainda mais diversificado. Para além de marroquinos e tunisinos, contam-se aí muitos imigrantes iranianos, filipinos, cingaleses, chineses, ganeses e senegaleses (Barsotti e Lecchini, 1989). Em contrapartida, há quem saliente o facto de, apesar do passado colonial italiano, a presença de imigrantes somalis ser diminuta (Vallat, 1993: 48).

Nos casos da França e do Reino Unido, embora as migrações oriundas dos seus antigos territórios africanos e asiáticos ocupem lugar privilegiado, existem igualmente proporções muito elevadas de imigrantes laborais de outras proveniências, nomeadamente de origem europeia, como sejam portugueses, italianos e espanhóis no caso francês e irlandeses no caso inglês. De acordo com o último recenseamento geral da população em França, em 1990, os imigrantes provenientes das numerosas ex-colónias francesas não chegavam a 60% do total de estrangeiros nascidos fora do país. E mesmo considerando como imigrantes francófonos os magrebinos - o que é discutível dado que tanto a Argélia, como Marrocos e a Tunísia têm o árabe como língua oficial -, o universo da imigração de língua francesa também não atinge aquele valor¹⁰. Já no Reino Unido, a imigração anglófona atinge proporções mais elevadas, o que não exclui, contudo, a presença de numerosos imigrantes de outros universos linguísticos e culturais, como árabes, chineses e outros asiáticos (Skellington e Morris, 1992: 39).

Os próximos anos, num quadro que se prevê de controlo mais apertado das entradas de estrangeiros, dirão se o actual padrão imigratório português se alterará ou se a imigração laboral irá continuar, em circuito fechado, dos países lusófonos para Portugal. Mas, independentemente dessa evolução futura, pode-se perguntar, para concluir, que razões expli-

carão esse recrutamento quase exclusivo da imigração laboral portuguesa nos países lusófonos ou, o mesmo será dizer, a presença muito reduzida de imigrantes laborais de outras procedências.

Dir-se-á que factores de natureza económica, social e política se conjugam para que assim seja. O grau diferente de atractividade dos países da União Europeia, mesmo em tempo de crise, é um factor a ter em conta. Sendo o português menor do que o da generalidade da União, os migrantes internacionais encaminhar-se-ão preferencialmente para outros países, com maiores níveis de desenvolvimento e onde as oportunidades de trabalho e os salários são mais atractivos. Esta hipótese parece válida mesmo para as outras nações da Europa do Sul. Tanto em Itália como em Espanha, para além da construção civil e do terciário desqualificado, a agricultura é uma actividade que recorre cada vez mais a trabalhadores estrangeiros, o que não acontece em Portugal.

Esse factor não é naturalmente dissociável da questão das redes migratórias e das afinidades histórico-culturais entre migrantes e países receptores. Os imigrantes dos P.A.L.O.P. “trocariam”, assim, destinos que à partida se configuram economicamente mais aliciantes pela maior facilidade relativa que o domínio da língua e a existência de redes familiares e de interconhecimento conferem à sua fixação em Portugal. Por seu lado, os migrantes francófonos e anglófonos, para além de não disporem em Portugal de idêntico suporte relacional, têm no domínio de línguas internacionais um recurso que pode abrir portas nas regiões europeias centrais, mesmo fora da França e do Reino Unido.

Todavia, o facto de mesmo os imigrantes dos P.A.L.O.P. procurarem outros destinos na Europa, para além de Portugal, dá força ao princípio da atracção económica e relativiza em certa medida a importância das afinidades culturais e linguísticas como factor preponderante de migração. Há, hoje em dia, populações caboverdianas de alguma dimensão na Holanda e na Itália, para além da fixada nos Estados Unidos, que é, de resto, a maior comunidade caboverdiana no estrangeiro (Saint-Maurice, 1994: 112). Entre os guineenses há alguma tradição de emigração para França, via Senegal, sobretudo por parte dos manjacos, sabendo-se também que, no presente, parte deles utiliza Portugal como passagem para outros destinos europeus. Do mesmo modo, a eventual constituição de redes migratórias por parte de outros imigrantes em Portugal, mesmo sem afinidades de língua e cultura (imigrantes marroquinos, por exemplo), poderia abrir caminho para fluxos migratórios a partir de novas origens.

Um terceiro e último factor a mencionar é de natureza política e prende-se com a atitude perante os imigrantes laborais dos P.A.L.O.P. e do Brasil. Durante muitos anos sem qualquer orientação assumida em

termos de política de imigração e, depois, com a preocupação maior e quase exclusiva de controlar as entradas de estrangeiros de fora da União Europeia, as autoridades portuguesas têm mantido, no entanto, de forma expressa ou tácita, preferência pelos imigrantes dos países lusófonos.

Exemplos expressos disso podem encontrar-se na legislação que regula a obtenção da nacionalidade portuguesa, nas condições estipuladas para o acesso à regularização de residência no último processo extraordinário e, recentemente, na intenção anunciada de um acordo entre os governos português e caboverdiano tendo em vista a imigração temporária controlada e contingente entre Cabo Verde e Portugal.

Essa atitude inscreve-se num contexto mais geral, que é o do sempre reafirmado desejo de relacionamento privilegiado de Portugal com as suas antigas colónias, bem como o de uma concertação alargada e multilateral entre o conjunto dos sete países lusófonos, orientação que poderá ser reforçada depois da constituição, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O paralelismo entre esse projecto e a presente composição da imigração laboral em Portugal não podia ser maior.

Notas

Citado em *Futuribles*, nº 171, Décembre 1992, p. 12.

2. Dados retirados de André Lebon, "Ressortissants communautaires et étrangers originaires des pays tiers dans l'Europe des douze", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 6, nº1, 1990; de *L'Europe en Chiffre*, Eurostat, 3ª édition, 1992 e de *A Europa em Números*, Eurostat, 4ª edição, 1995.
3. Números das "World Demographic Estimates and Projections 1950-2025", das Nações Unidas, citados em *Futuribles*, nº 171, Décembre 1992, p. 13.
- O referido inquérito é da responsabilidade do autor e foi realizado no âmbito de um estudo, financiado pela J.N.I.C.T, sobre a imigração e os imigrantes guineenses em Portugal. Para uma caracterização geral desses imigrantes ver Machado (1996).
5. Cf. notícia, não assinada, do jornal "Público" de 9.10.96 e outra intitulada "Passadores apanhados", da autoria de Alexandra Campos, do mesmo jornal em 8.11.96.
- Sobre este assunto ver, por exemplo, *Futuribles*, nº 171, Décembre 1992, p. 18.
7. E. G. Ravenstein (1852-1913). O modelo da "repulsão-atracção" foi apresentada em dois artigos publicados, em 1885 e 1889, no *Journal of the Royal Statistic Society*, em Inglaterra, ambos com o título "The laws of migration".
8. Dados referidos pelo jornal "Público", na edição de 19 de Dezembro de 1996, com base em informações prestadas por responsáveis do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
9. Vale a pena ter presente que uma parte dos outros imigrantes africanos chega a Portugal também via antigas colónias. Trata-se de pessoas que têm, através das suas redes familiares alargadas, uma espécie de dupla pertença nacional, não necessariamente em termos jurídicos, mas em termos culturais. É o caso dos senegaleses que vêm através da Guiné-Bissau e são oriundos das zonas fronteiriças dos dois países, com famílias que se espalham por um e outro lado da fronteira ou ainda o dos zairenses vindos via Angola e que, por razões que remontam à ida para o Zaire na altura da guerra colonial e posterior

regresso a Angola depois da independência, são de facto angolanos ou descendentes de angolanos.

10 Cálculos efectuados com base em números apresentados por Bernard (1993: 62-63)

Referências bibliográficas

- ACTIS, Walter (1993), "Foreign Immigration in Spain. Its Characteristics and Differences in the European Context", in Maria Beatriz Rocha-Trindade (edit.), *Recent Migration Trends in Europe*, Lisboa, Universidade Aberta e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 205-226;
- ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís (1994), "Recomposição Socioprofissional e Novos Protagonismos", in António Reis (coord.) *Portugal - 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330;
- ALVES, Mariana, ÁVILA, Patrícia (1994), "Indianos em Portugal: processos de (re)construção da identidade", in *Dinâmicas Culturais. Cidadania e Desenvolvimento Local, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 201-210;
- AMARO, Rogério Roque (1985), *Caracterização dos Caboverdianos Residentes em Portugal, a Partir dos Dados do Recenseamento de 1981*, Lisboa, policopiado;
- AMARO, Rogério Roque (1986), "Mercado de trabalho e franjas marginalizadas - o caso dos imigrantes caboverdianos", in *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, II Conferência do C.I.S.E.P., volume II, Instituto Superior de Economia, pp. 355-378;
- APPLEYARD, Reginald (1992a), "Migration and Development: a Global Agenda for the Future", *International Migration*, vol. XXX, nº 3-4, pp. 17-31;
- APPLEYARD, Reginald (1992b), "International Migration and Development - An Unresolved Relationship", *International Migration*, vol. XXX, nº 3-4, pp. 251-265;
- ÁVILA, Patrícia, ALVES, Mariana (1993), "Da Índia a Portugal: trajectórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 13, pp. 115-133;
- BAGANHA, Maria Ioannis Benis (1993), "Principais características e tendências da emigração portuguesa", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Volume I, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 819-835;
- BAGANHA, Maria Ioannis B., PEIXOTO, João (1996), "O estudo das migrações nacionais", in J. M. Carvalho Ferreira, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 233-239;
- BARSOITI, Odo, LECCHINI, Laura (1989), "L'immigration des pays du Tiers-Monde en Italie", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol.5, nº3;
- BERNARD, Philippe (1993), *L'Immigration*, Paris, Le Monde-Éditions;
- CHRISANTAKI, Palmera, KUIPER, Erwin (1994), "Les Africains en Europe: un portrait en chiffres", *Revue Européennes des Migrations Internationales*, vol. 10, nº 3, pp. 189-199;
- CÓNIM, Custódio (1985), "Emigrantes portugueses: o regresso, 1960-1990", *Portugal e a Europa, o Fim de um Ciclo Migratório*, Lisboa;
- CORDEIRO, Albano (1983), *L'Immigration*, Paris, Editions la Découverte/Maspero;
- EATON, Martin (1996), "Résidents étrangers et immigrés en situation irrégulière au Portugal", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 12, nº 1, pp. 203-212;
- FERNANDEZ, Pablo Pumares (1993), "L'immigration marocaine dans la communauté autonome de Madrid", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, volume 9, nº1, pp. 9-27;

- FRANÇA, Luís de (coord.) (1992), *A Comunidade Caboverdiana em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento;
- GUBENTIF, Pierre (1996), "Le Portugal face à l'immigration", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, Vol. 12, n° 1, pp.121-139;
- JACKSON, John A. (1991), *Migrações*, Lisboa, Escher;
- LEBON, André (1990), "Ressortissants communautaires et étrangers originaires des pays tiers dans l'Europe des douze", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 6, n°1, pp. 185-203;
- MADEIRA, Ana Isabel (1993), "Alguns dados sobre a comunidade portuguesa emigrada no Reino Unido", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Volume II, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 384-397;
- MACHADO, Fernando Luís (1991), *Etnicidade em Portugal - Aproximação ao Caso Guineense*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica - Relatório de Síntese, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
- MACHADO, Fernando Luís (1993), "Etnicidade em Portugal: o grau zero de politização", in *Emigração/Imigração em Portugal*, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX), Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 407-414;
- MACHADO, Fernando Luís (1996), "Minorias e literacia: imigrantes guineenses em Portugal", in Ana Benavente (coord.), Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila, *A Literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação, pp. 171-238;
- MACHADO, Fernando Luís, PERISTA, Heloísa (1997), "Femmes immigrées au Portugal - Identités et différences", *Migrations Société* (no prelo);
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa. Os anos da mudança*. Lisboa, Edições Colibri;
- MATEUS, Augusto, BRANDÃO DE BRITO, J. M. e MARTINS, Victor (1995), *Portugal XXI. Cenários de Desenvolvimento*. Venda Nova, Bertrand Editora;
- MEDRAOGO, Dieudonné (1994), "Population, migrations et développement", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 10, n° 3, pp. 7-15;
- MERRILLO, Vincent N. (1996), *Diversity in America*, California, London and New Delhi, Pine Forge Press;
- PEIXOTO, João (1993a), "Portugal e as migrações internacionais: as perspectivas de evolução", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Volume I, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 849-862;
- PEIXOTO, João (1993b), "Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980", in *Emigração/Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, Editorial Fragmentos, pp. 278-307;
- PEIXOTO, João (1993c), "A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução", *Estudos Demográficos*, n° 31, Instituto Nacional de Estatística;
- PÉREZ, Vicente Gozálviz (1996), "L'immigration étrangère en Espagne (1985-1994)", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 12, n°1, pp. 11-38;
- PERISTA, Heloísa (1997), "Mulheres imigrantes em Portugal: um estudo de caso relativo à migração intra-comunitária", comunicação ao colóquio *As Mulheres e o Estado*, Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres;
- PINES, R. Pena, MARANHÃO, M. José, QUINTELA, João P., MONIZ, Fernando, PISCO, Manuel (1984), *Os Retornados. Um estudo sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

- PIRES, Rui Pena (1990), "Semiperiferia versus polarização? Os equívocos do modelo trimodal", *Sociologia - problemas e práticas*, nº 8, pp. 81-90;
- PIRES, Rui Pena (1993), "Immigration in Portugal: a typology", in Maria Beatriz Rocha-Trindade (edit.), *Recent Migration Trends in Europe*, Lisboa, Universidade Aberta e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 179-194;
- POSTEL-VINAY, André (1992), "Nord-Sud: les fluxes migratoires, une fatalité? La politique française em matière d'immigration", *Futuribles*, nº 171, pp. 3-35;
- RAMOS, Maria da Conceição Pereira (1996), "Economia do trabalho, sócio-economia e migrações internacionais", in J. M. Carvalho Ferreira, Rafael Marques, João Peixoto e Rita Raposo (orgs.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, pp. 240-264;
- ROBERTSON, Roland (1992), *Globalization. Social Theory and Global Culture*, London and New Delhi, Sage Publications;
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa Universidade Aberta;
- ROBIN, Nelly (1994), "Une nouvelle géographie entre concurrences et redéploiement spatial. Les migrations ouest-africaines au sein de la CEE", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 10, nº 3, pp. 17-31;
- RODRÍGUEZ, Lorenzo Cachón (1995), "Marco institucional de la discriminacion y tipos de inmigrantes en el mercado de trabajo en España", *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 69, pp. 105-124;
- SAINT-AURICE, Ana de, PIRES, Rui Pena (1994), "Descolonização e migrações. Os imigrantes dos P.A.L.O.P. em Portugal", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 10 e 11, pp. 203-226;
- SAINT-AURICE, Ana de (1994), *Reconstrução das Identidades no Processo de Emigração: a população caboverdiana residente em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia pelo I.S.C.T.E., Lisboa;
- SKELLINGTON, Richard, MORRIS, Paulette (1992), "Race" in Britain Today, London, Sage Publications;
- VALLAT, Colette (1993), "Des immigrés en Campanie!", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, volume 9, nº1, pp. 47-57;
- VERHAEREN, Raphaël-Emmanuel (1988), "L'hypothèse d'une relance des migrations", *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 4, nº 1 e 2, pp. 203-230;

Fernando Luís Machado. Sociólogo. Investigador do CIES/Docente do Departamento de Sociologia do ISCTE. Qualquer correspondência pode ser enviada para o ISCTE: Av. das Forças Armadas, 1600 Lisboa, ou pelo Fax. 351 (0)1-7940074.